

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EAD GÊNERO E DIVERSIDADE
NA ESCOLA**

LILIANE MARISA RODRIGUES MACHADO

**IDENTIFICANDO E PROBLEMATIZANDO O RACISMO
NO CONTEXTO ESCOLAR: por uma educação antirracista**

Florianópolis

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EAD GÊNERO E DIVERSIDADE
NA ESCOLA**

LILIANE MARISA RODRIGUES MACHADO

**IDENTIFICANDO E PROBLEMATIZANDO O RACISMO
NO CONTEXTO ESCOLAR: por uma educação antirracista**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador: Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Liliâne Marisa Rodrigues

Identificando e problematizando o racismo no contexto
escolar : por uma educação antirracista / Liliâne Marisa
Rodrigues Machado ; orientador, Amurabi Pereira de
Oliveira - Florianópolis, SC, 2017.

53 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Especialização EAD Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Gênero e Diversidade na Escola. 3. Cotidiano Escolar.
4. Racismo. 5. Educação Antirracista. I. Oliveira, Amurabi
Pereira de . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Especialização EAD Gênero e Diversidade na Escola. III.
Titulo.

LILIANE MARISA RODRIGUES MACHADO

**IDENTIFICANDO E PROBLEMATIZANDO O RACISMO NO CONTEXTO
ESCOLAR: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

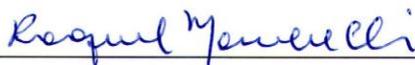
Aprovado em vinte de fevereiro de 2017.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Raquel Mombelli



Díjna Andrade Torres



Jair Zandoná

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos alcançadas;

À minha família, em especial aos meus pais e irmã, pelo apoio e incentivo;

Ao Professor Dr. Amurabi Pereira de Oliveira, meu orientador;

À Professora Dra. Raquel Mombelli, a Dra. DÍjna Andrade Torres e ao Professor Dr. Jair Zandoná que compuseram a banca examinadora e contribuíram com sugestões para o amadurecimento deste trabalho;

À Coordenação do Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da UFSC pela garra e resiliência;

Ao Jonatan Pereira, secretário do GDE, pela comunicação atenciosa, eficaz e prestativa de tantas e tantas vezes, por e-mail, telefone e pessoalmente;

Às professoras tutoras: Eveline Pena da Silva, Gisele de Mozzi, Daiana Nardino Dias e Daiana da Rosa Acordi, pela competência, dedicação e empatia. O que seria do mundo sem a empatia...

Às professoras e o professor que aceitaram o convite de participar desta pesquisa;

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia, à homofobia, à transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da reestruturação da SECADI, que foi criada em 2004

e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil.

BRECHTIANA

*Primeiro,
Usurparam a matemática
A medicina, a arquitetura
A filosofia, a religiosidade, a arte
Dizendo tê-las criado
À sua imagem e semelhança.
Depois,
Separaram faraós e pirâmides
Do contexto africano -
Pois africanos não seriam capazes
De tanta inventiva e tanto avanço.
Não satisfeitos, disseram
Que nossos ancestrais tinham vindo de longe
De uma Ásia estranha
Para invadir a África
Desalojar os autóctones
Bosquímanos e hotentotes.
E escreveram a História ao seu modo.
Chamando nações de "tribos"
Reis de "régulos"
Línguas de "dialetos".
Aí,
Lançaram a culpa da escravidão
Na ambição das próprias vítimas
E debitaram o racismo
Na nossa pobre conta.
Então,
Reservaram para nós
Os lugares mais sórdidos
As ocupações mais degradantes
Os papéis mais sujos
E nos disseram:
- Riam! Dancem! Toquem!
Cantem! Corram! Joguem!
E nós rimos, dançamos, tocamos
Cantamos, corremos, jogamos.*

Agora, chega!

Nei Lopes

RESUMO

O presente trabalho procura identificar e problematizar o racismo nas práticas diárias do cotidiano escolar. O objetivo desta pesquisa é analisar como um grupo de docentes de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental percebe o racismo nas relações cotidianas, compreender de que forma a prática docente é alterada por isso e propor, a partir da realidade encontrada, ações na direção de construir uma educação antirracista. O estudo foi desenvolvido com doze professoras e um professor de uma escola localizada na cidade de Alvorada/RS e tomou como pressuposto o entendimento de que várias práticas, em diferentes espaços sociais, nos ensinam como viver o pertencimento racial, ou seja, como ter raça/cor. Nesse contexto, percebe-se a escola como mais um desses espaços, onde são marcadas a invisibilidade ou fixação da diferença. Diante desta realidade, trago como questões norteadoras desse estudo: como o racismo é percebido no ambiente escolar pelas professoras? Como o racismo altera a prática docente? A Lei 10.639/03 ampliou a busca por formação continuada? A partir das respostas aos questionários, percebe-se que mesmo as professoras e o professor participantes tendo conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e concordando com a necessidade de conhecer mais e melhor a História e a cultura africana e afro-brasileira, ainda existe uma distância entre a aplicação da Lei e o enfrentamento ao racismo no cotidiano escolar. Assim, a construção de uma educação antirracista se constitui em um desafio na prática docente.

Palavras-chave: cotidiano escolar, racismo, educação antirracista.

ABSTRACT

The present work seeks to identify and problematize racism in the regular practices of daily school life. This research aims to analyze how a group of teachers from a public elementary school perceives racism in everyday relationships, to understand how the teaching practice is changed because of it and to propose, from the reality found, actions towards build an antiracist education. The study was developed with twelve female teachers and one male teacher from a school located in the city of Alvorada/RS taking as assumption the understanding that several practices, in different social spaces, teach us how to live racial belonging and how to “have” a race/color. In this context, the school is perceived as one of these spaces, where invisibility or fixation of difference is marked. About this reality, I bring these questions as guiding for this study: how racism is perceived by teachers in the school environment? How does racism change teaching practice? Has the law 10.639/03 extended the search for continuing education? From the answers to the questionnaires, it is noticed that although the participating do have knowledge about the law 10.639/03 and agree on the need to know more and better the African history and culture, there is still a distance between the application of the law and the confrontation with racism in daily school life. Thus, the construction of an antiracist education constitutes a challenge in teaching practice.

Keywords: daily school life, racism, antiracist education.

SUMÁRIO

PRIMEIROS PASSOS - INICIANDO A CAMINHADA	9
1. QUE CAMINHO É ESSE, AFINAL	13
2. CAMINHOS JÁ TRILHADOS.....	17
3. CAMINHOS INVESTIGATIVOS.....	21
4. OBSERVANDO CAMINHOS E REFAZENDO ROTAS	24
5. REVENDO A CAMINHADA	35
REFERÊNCIAS	37
ANEXO A – Modelo do questionário.....	40
ANEXO B – Questionários respondidos.....	41

PRIMEIROS PASSOS - INICIANDO A CAMINHADA

Nasci em uma família de militantes do Movimento Negro e me lembro da preocupação dos meus pais e tios de me apresentarem referências culturais que me contemplassem, desde histórias infantis, brinquedos, filmes e até mesmo revistas norte-americanas voltadas ao público negro, quando ainda não tínhamos esse tipo de publicação no país. Mesmo com os cuidados atentos da família, foi na escola que me percebi “negra” e deslocada. Iniciei minha vida escolar em uma escola privada onde, durante o Ensino Fundamental, esforcei-me ao máximo para não chamar atenção para o fato de ser única aluna negra em espaços frequentados por alunas (os) brancas (os).

A maneira como as outras crianças corriam atrás de mim para tocar no meu cabelo trançado e “duro” me tornaram exótica na primeira semana de aula. Com o tempo, porém, o exotismo deu lugar à feiura, o cabelo feio, a pele feia. Na segunda série do Ensino Fundamental passei muito tempo insistindo para que dois colegas meninos me chamassem pelo nome em vez de “a negra”. Com o tempo fui crescendo e percebi que para minimizar a dor e a vergonha poderia “fingir não ser”, isto é, procurar me destacar por outros motivos, evitar situações de conflito e permanecer o máximo de tempo sem chamar atenção para minha raça/cor. Convencida de que com esta estratégia estaria me protegendo e obtendo a aprovação das pessoas brancas com quem convivia. Tudo o que eu queria era ser “igual” e, assim, me sentir adequada na escola, na rua, na vida... Nesse contexto se construía minha identidade, sobretudo, minha identidade racial. Parei de usar tranças, procurava de todas as maneiras disfarçar meu quadril largo, fazia questão de afirmar que era protestante, para não correr o risco de ser associada a uma religião de matriz africana, dizia que não gostava de samba e que não sabia dançar pagode, evitava ir às aulas de História que fossem tratar sobre o processo de escravização e me recusava a participar de palestras realizadas por negros ou negras, principalmente na escola. Qualquer assunto que pudesse racialmente me expor era evitado. Fiquei durante muitos anos negando minha imagem e minhas

origens. Uma das lembranças mais fortes que tenho desse período é a vergonha de me olhar no espelho em público, pois tinha certeza de que seria ridicularizada se alguém percebesse o que eu estava fazendo.

Retomar essas lembranças me ajuda a refletir sobre o papel da escola na percepção e na construção da identidade racial dos indivíduos. Quando a escola reproduz discursos preconceituosos, minimiza os efeitos do racismo e/ou opta por abster-se dos debates sobre as desigualdades está legitimando o lugar de superioridade das pessoas brancas e naturalizando essa hierarquia. Ainda sobre identidade e manutenção do racismo, Ângela Figueiredo afirma que:

[...] a homogeneidade dos discursos que acompanham as identidades oprime os indivíduos porque os obriga a adequarem-se à coletividade. No caso do Brasil, o recurso ao discurso da identidade negra não tinha como pano de fundo um contexto que primasse pela diferença e heterogeneidade dos sujeitos negros; de modo contrário, em contextos estruturados pelo racismo, o recurso aos discursos identitários busca dar sentido à experiência através da articulação coletiva de um discurso hegemônico que busca também responder a um conjunto de estereótipos e de estigmas que são generalizados para o grupo. (FIGUEIREDO, 2015, p.149)

A escola é um espaço onde operam a invisibilidade e/ou a fixação da diferença. Esses processos são oficializados através de atividades pontuais, como datas comemorativas, temas transversais, ou seja, em momentos específicos nos quais os “outros” são lembrados muito mais pelas supostas contribuições que deram e têm a dar à cultura nacional, do que por sua diferença cultural. Essa restrição acaba por legitimar o exotismo do “outro” e por afirmar quem é o diferente.

Por que a percepção docente é importante? Já se tem uma lei, ou seja, uma forma maior, que institui a inserção desses temas fora de momentos específicos, em todo o currículo, como tema que deve estar diluído no trabalho pedagógico da escola. Mas isso, por si só, não garante a mudança das práticas, como podemos perceber após mais de 10 anos de aprovação da lei¹. Assim, a (o) docente é

¹ A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

fundamental nesse contexto. É ela (ele) que executa as ações efetivas para que a abordagem de história e cultura afro-brasileira não fique restrita às datas específicas do calendário escolar. Para isso, entretanto, é necessário que essas(es) professoras(res) legitimem a importância do tema. Reside aí a importância de partir do depoimento das(os) professoras(es).

Desta forma o presente estudo tem como objetivo analisar como um grupo de professores e professoras de uma escola municipal de Alvorada/RS percebe o racismo nas relações cotidianas e de que forma a prática docente é alterada por isso. Pretende, ainda, a partir de suas respostas, problematizar como racismo afeta as relações na escola e contribuir para a construção de uma educação antirracista na escola;

A metodologia empregada para a geração de dados foi a aplicação de um questionário composto por seis perguntas descritivas respondido por doze professoras e um professor. As seguintes questões nortearam meu olhar investigativo:

- Como o racismo é percebido no ambiente escolar pelas professoras?
- Como o racismo altera a prática docente?
- A Lei 10.639/03 ampliou a busca por formação continuada sobre o tema?

A partir dessas questões, foram formulados os questionários e também as categorias de análise através das quais o estudo dá a conhecer as percepções das professoras e do professor respondentes.

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. O percurso de normatização decorrente da aprovação da Lei nº 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país. Ele se insere em um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira e tem como protagonistas o Movimento Negro e os demais grupos e organizações partícipes da luta antirracista. Revela também uma inflexão na postura do Estado, ao pôr em prática iniciativas e práticas de ações afirmativas na educação básica brasileira, entendidas como uma forma de correção de desigualdades históricas que incidem sobre a população negra em nosso país. Disponível: www.acordacultura.org.br/sites/default/.../MODOSDEFAZER-WEB-CORRIGIDA.pdf . Acesso em: 12/02/17

Assim, o estudo está organizado em seis seções. Início com a apresentação, *Primeiros passos – Iniciando a caminhada*, na qual apresento a pesquisa e seus objetivos e, a seguir, passo para a problematização do tema na seção *Que caminho é esse, afinal*. Em seguida, na seção *Caminhos já trilhados*, apresento alguns trabalhos acadêmicos recentes sobre o combate ao racismo na escola, sistematizando suas contribuições para as reflexões aqui propostas. Após, apresento o referencial teórico-metodológico na seção *Caminhos Investigativos*. Na seção seguinte, *Observando caminhos e refazendo rotas*, me dedico a apresentar as percepções que emergiam a partir das respostas das professoras e professor participantes. Por fim, me dedico às considerações finais do estudo, na seção *Revedo a caminhada*, procurando alinhar a construção teórica com os resultados encontrados, para promover a adoção de uma estratégia pedagógica e curricular que desnaturalize as relações estabelecidas, na direção de uma educação antirracista.

1. QUE CAMINHO É ESSE, AFINAL

Acreditando que o espaço escolar é um dos cenários permeados por manifestações racistas que estão presentes na organização curricular, nas relações interpessoais e nas práticas cotidianas da Escola, proponho o presente estudo para identificar e refletir sobre práticas de enfrentamento ao racismo na escola.

O currículo é um espaço constituído a partir relações de poder, é também um espaço onde acontece a produção e circulação de signos produzidos e partilhados num dado contexto, que atuam fixando e estabelecendo como verdadeiras certas representações.

No espaço escolar, existe uma intensa disputa em torno do poder de representar, e de estabelecer o que é válido. José Gimeno Sacristán (1996) aponta que um currículo não constitui apenas uma seleção da cultura, algo que se desenhe, escolha, ordene, classifique a *priori*, para depois transmiti-lo e desenvolvê-lo em um esquema, em uma organização escolar e em um sistema educacional. Sacristán alerta que os conflitos culturais podem e devem ser considerados. “Introduzir a polêmica nos conteúdos e torná-los controvertidos suporia revitalizar a educação, o que levaria a questionar posições éticas de neutralidade e de compromisso” (SACRISTÁN,1996, p.47).

Nesta disputa, atuam várias forças sociais, algumas delas com maior capacidade de ação e de imposição de certos preceitos e verdades. De uma forma geral, no que tange à questão racial, o currículo e também outras práticas/instâncias escolares colocam em funcionamento certas pedagogias que marcam de maneira diferencial as pessoas, a partir de critérios de raça, de etnia e de gênero.

O conceito de raça já foi, há muito, problematizado e rechaçado no campo das Ciências Sociais, tanto no que tange aos pressupostos que o sustentaram e sustentam, quanto em relação aos seus efeitos históricos, não sendo mais possível

pensá-lo como base científica capaz de classificar objetivamente os povos do mundo. Ainda assim, é necessário reconhecer que raça é um conceito que opera concretamente no âmbito social, classificando, hierarquizando, estabelecendo (ainda que não de maneira definitiva) os sentidos do ser negro e do ser branco. Os significados para raça/cor não estão unicamente em aspectos fenotípicos (não se trata apenas de distinguir os sujeitos por sua procedência étnica ou pelas características físicas). Assim, ter raça/cor é uma atribuição que se sustenta em uma cadeia de sentidos.

Diversos são os processos e contextos que acabam por estabelecer que algumas pessoas são racializadas e outras não, ou seja, que marcam que a diferença está no ser negro. A invisibilização da discussão racial não dissolve as consequências do racismo, pelo contrário, fortalece uma desigualdade histórica, naturalizando e legitimando a violência. Um processo que não é novo e que produz marcas nas relações e no desenvolvimento das pessoas. Sobre isso o pesquisador Antônio Olímpio Sant’ana afirma que:

Para a maioria de nós a ideia de raça passa por este caráter emocional que a cor negra tem. Na história do homem ele desenvolveu vários mitos: sobre nobres e plebeus, inferiores e superiores, sangue nobre, sangue bom, raça pura, mas nenhum supera o caráter emocional da cor negra. É a cor negra que define a visão cultural de raça. Não há dúvida, é a partir da cor da pele – que é o sinal mais visível – que aquele ou aquela que discrimina identifica a sua vítima. (SANT’ANA, 2005 p59-60)

Tomaz Tadeu da Silva (2011) afirma que o fato de o termo raça não ter referente biológico, não reduz sua capacidade de atuar e de produzir sentidos e lugares nas relações sociais contemporâneas. O conceito raça não é estático, tem passado por deslocamentos e está sempre em transformação, assim como os processos a partir dos quais alguns são racializados e outros não. Nesse sentido, é importante pensar as identidades (incluindo aí a identidade racial) como culturalmente construídas. “Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores), fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles)”.

No contexto identitário, cabe refletir sobre o estereótipo. Trata-se de uma prática de representação que reduz e fixa o sujeito a poucas características que são representadas como “naturais”. É, portanto, uma estratégia de partição, separando o normal do anormal, o aceitável do inaceitável, praticando a exclusão do “outro” diferente. O estereótipo faz parte da manutenção da ordem social, estabelecendo uma “fronteira” entre o “nós” e o “eles”.

Todos esses processos, identitários, representacionais e de manutenção de estereótipos ocorrem também no ambiente escolar. Muitas vezes, a escola reforça os discursos racistas e as práticas de discriminação, não problematizando situações de racismo ou não oportunizando o conhecimento da História e da cultura dos diferentes grupos indígenas e das mulheres e dos homens trazidos do Continente Africano. Tratar alguns como civilizados e possuidores de conhecimento e a outros como exóticos e culturalmente inferiores é uma prática que fortalece o racismo, uma vez que legitima a hierarquização.

Da mesma forma, a definição dos conhecimentos escolares e os assuntos que efetivamente aparecem nos currículos notadamente priorizam determinados aspectos culturais em detrimento de outros. A pesquisadora Danielle Viera Valverde e o pesquisador Lauro Stocco afirmam que a desigualdade de gênero e raça existentes no sistema educacional precisam ser consideradas para que se possa entender o que afeta a permanência, a progressão e o desempenho escolar de alunas(os) brancas(os) e negras(os). Sobre isso afirmam que:

A existência desse resíduo de desigualdade entre brancos e negros no segmento de ensino cujos indicadores apresentaram os maiores progressos no período em questão é um indício de que as distintas experiências vivenciadas por crianças brancas e negras no interior do sistema educacional têm efeito direto sobre sua permanência, progressão e desempenho escolar. Dentre as situações e os processos sociais que condicionam essas distintas experiências, destacam-se a prática de adjetivação desumanizadora das crianças negras, a omissão de professores diante das situações de discriminação sofridas por crianças negras, o estímulo e o tratamento mais afetivo legado à criança branca, além da invisibilidade histórica e cultural da população negra nos materiais didáticos. (VALVERDE; STOCO, 2015 P.65)

Portanto, é importante refletir e problematizar a respeito de práticas escolares centradas em essencialismos e naturalizações para desconstruí-las e priorizar uma estratégia pedagógica e curricular que reconheça a identidade e a diferença como social e culturalmente produzida, na direção de uma educação antirracista.

As percepções docentes sobre como o racismo imprime significados nas relações cotidianas da escola e a forma como isso altera as práticas escolares, são pontos centrais deste estudo. A partir das respostas obtidas na pesquisa, procuro problematizar as práticas racistas, o papel das professoras e professores e fundamentar a necessidade de construção de uma educação antirracista na escola.

2. CAMINHOS JÁ TRILHADOS

Valendo-me do banco de Teses e dissertações da CAPES realizei a procura por pesquisas utilizando como termo de busca “Práticas de combate ao racismo na escola”, “raça”, “educação antirracista” e “relações étnico-raciais”, selecionei cinco dissertações, duas teses e apresento também três artigos. As pesquisas selecionadas dialogam com a pesquisa que estou propondo sobre educação antirracista. Selecionei estudos que investigam as representações do corpo negro na escola, o posicionamento e a prática das professoras e professores em relação ao racismo e que apresentam outras possibilidades de diálogo na escola em relação a invisibilidade do protagonismo negro. Selecionei dez pesquisas que conversam entre si e que dialogam com o estudo que estou propondo.

A primeira dissertação de Mestrado selecionada, foi a da pesquisadora Taís de Almeida Costa (2016) intitulada: “Que corpo é o meu? – A construção e desconstrução das representações corporais de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do município de Nova Iguaçu/RJ”, foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. A pesquisa procurou analisar como os alunos do quinto ano do Ensino Fundamental da escola São Miguel Arcanjo em Nova Iguaçu (RJ) se reconheciam, se representavam, como percebiam o racismo e a presença do corpo negro, a pesquisadora utilizou a dinâmica de grupo focal para discutir com os alunos e registrar suas falas e reações e a partir dos encontros e gravações gerou as análises.

O segundo trabalho selecionado foi a dissertação de Mestrado de Jurandy Vitória de Almeida Costa (2015) desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, intitulada: “A cor da ternura: rompendo o silêncio e desvelando o racismo no contexto escolar” A pesquisa propôs uma intervenção prática com uma turma de oitavo ano de Ensino Fundamental utilizando o livro infantil juvenil *A Cor da Ternura* de Geni Guimarães, o trabalho proposto tem por objetivo romper com uma concepção preconceituosa abordando determinados aspectos através de um texto literário

afro-brasileiro. Considero importante destacar a tese de Doutorado da pesquisadora Maria da Glória Calado (2013) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, intitulada: “Escola e enfrentamento do racismo: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a igualdade racial” A pesquisadora procurou analisar o relato de professoras sobre as práticas premiadas na quarta edição do Prêmio Educar para Igualdade Racial procurando investigar as contribuições dessas práticas no enfrentamento ao racismo existente no contexto escolar. As professoras que participaram da pesquisa têm uma prática antirracista comprometida com o desenvolvimento das(os) educandas(os).

O quarto estudo que selecionei foi a tese de Doutorado do pesquisador Benjamin Xavier de Paula (2013) intitulada: “A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e afro brasileira: formação, saberes e práticas educativas”. O objetivo dessa pesquisa foi a implementação do ensino de história da África e afro-brasileira na cidade de Uberlândia em Minas Gerais durante os anos de 2003 a 2008 conforme a Lei Federal 10639/03. O autor procurou compreender através de formações continuadas para professoras(es) quais foram os impactos desta formação na significação/resignificação dos saberes e das práticas pedagógicas das(os) professoras(es), e como estas(es) repensaram valores, reconstruíram sentidos para a sua prática, intervíram nos processos de organização pedagógica e curricular nas escolas onde lecionam, à luz destas experiências.

Considero relevante a pesquisa de Mestrado da pesquisadora Flávia Filomena Rodrigues da Mata (2015) intitulada “Protagonistas negros nas histórias infantis: perspectivas de representações da identidade étnicorracial de crianças negras em uma Unidade Municipal de Educação Infantil–UMEI, Belo Horizonte-MG”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC de Minas. Nesta pesquisa, que teve como objetivo trabalhar o protagonismo e a visibilidade dos personagens negros e negras um grupo de crianças da Educação Infantil, foi observado após o relato de narrativas que traziam protagonistas negros. A pesquisadora realizou as análises através da percepção da falta de dados

sobre a historiografia da criança negra no Brasil, a socialização da criança negra na Educação Infantil, o reconhecimento da escola como espaço de socialização, mas também de invisibilidade, a diversidade de atores sociais da Educação Infantil, os desafios para enfrentar o racismo, a introversão da criança negra frente a indiferença e negligência aos seus dramas, o trato pedagógico dado à questão racial na escola pesquisada e a omissão no currículo e nos conteúdos programáticos da participação de personalidades negras importantes para a formação do povo brasileiro.

O sexto estudo selecionado foi a dissertação de Mestrado realizado por Daniela Lemmert Bischoff (2013) e produzida dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Com o título “Minha cor e a cor do outro: qual a cor dessa mistura? Olhares sobre racialidade a partir da pesquisa com crianças na Educação Infantil”, a autora desenvolve um estudo utilizando obras de literatura infantil que abordam a temática negra, buscando analisar como um trabalho nesta direção pode colaborar para problematizar conceitos de diferença racial junto a crianças.

O sétimo trabalho selecionado foi a dissertação de Mestrado da pesquisadora Tanise Muller Ramos (2009) intitulada “Tecendo tramas, trançando gentes: narrativas construindo identidades em uma escola municipal de Porto Alegre/RS”, e desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. A pesquisa teve como objetivo apresentar e analisar a experiência de uma escola pública municipal de Porto Alegre/RS no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Além das pesquisas já referidas escolhi três artigos que considerei importantes na construção de minha pesquisa. O primeiro estudo que apresento é da pesquisadora Gizele de Souza com o pesquisador Paulo Vinicius Baptista da Silva (2013) “Práticas Pedagógicas de Trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003” no qual, os autores pesquisam as práticas pedagógicas, de uma escola municipal de Ensino Fundamental da cidade de Porto Alegre/RS, procurando evidenciar como estão presentes as relações raciais no contexto da escola.

O segundo artigo intitulado “Colorindo Invisibilidades: reflexões sobre as práticas de resistência ao preconceito e a discriminação racial na sala de aula”, das autoras Josiane Beloni da Cruz Dutra e Rogéria Aparecida Garcia (2012), é um estudo em que as pesquisadoras contextualizam estratégias de resistência utilizadas por mulheres negras e homens negros desde o período da escravização e ao longo da história brasileira. Abordando a questão da diferença sobre o aspecto da resistência das negras e negros em um primeiro momento como escravizados e ao longo da história do país através dos movimentos negros e através dessa retrospectiva analisam a educação e brasileira e relações raciais.

Também ressalto o último artigo selecionado “Educação Diversidade Igualdade: Num Tempo de Encanto pelas Diferenças”, da pesquisadora Azoilda Loretto da Trindade (2008), em que a autora propõe uma reflexão sobre as dificuldades das (os) professoras (es) em trabalharem com as diferenças para além do discurso multicultural de tolerância e propõe contribuições sobre a complexibilidade do cotidiano escolar e a formação docente.

As pesquisas apresentadas auxiliaram na delimitação dos meus caminhos investigativos para organizar e estruturar o estudo que estou propondo. Passo a seguir explicar a construção do referencial teórico deste estudo.

3. CAMINHOS INVESTIGATIVOS

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa caracterizada por reconhecer [...] “os fenômenos sociais como processos complexos, multideterminados, multidimensionais, em constante transformação, e articulados a variados significados e sentidos” (GROSSI; GARCIA; MAGRINI, 2016, p. 233).

A escolha por uma pesquisa qualitativa se baseia na importância das impressões dos sujeitos participantes sobre o tema da pesquisa, buscando “a qualidade diferenciada das percepções dos sujeitos sobre suas experiências” (BICUDO; ESPÓSITO, 1997, p. 19).

Neste sentido, procurei conhecer a percepção de dezessete docentes de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental localizada na cidade de Alvorada², no Rio Grande do Sul, sobre o racismo e suas implicações no ambiente escolar, por meio de suas respostas a um questionário.

O número de sujeitos não segue critérios tradicionais de representatividade. Além de o sujeito só representar ele mesmo, a intenção não é fundamentar certezas pela quantidade, mas caracterizar uma realidade a partir dos diferentes significados percebidos.

Dentre as dezesseis professoras e um professor de diferentes formações que foram convidadas para participar da pesquisa, duas professoras aceitaram, mas não devolveram o questionário, uma justificou não ter tempo e outra informou que não participaria por não ter interesse no assunto. Desta forma, contei com doze professoras e um professor, sendo um total de treze pessoas. O estudo está centralizado nas compreensões de professoras e professores com base no

²A cidade de Alvorada está localizada na região Metropolitana de Porto Alegre/RS. O censo de 2010 estimava uma população de 195.673 pessoas, nesse ano a população negra (pretas(os) e pardas(os)) era de 51245 habitantes, o que representa mais de 26% da população do Município. Este foi o levantamento mais recente do IBGE.

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010>. Acesso em: 24 fev. 17

entendimento de que são eles os atores principais de qualquer transformação que se pretenda implementar no ambiente escolar.

A Lei 10.639/03 já existe para assegurar que as alterações no currículo aconteçam, no entanto pouco acontece sem uma mudança de mentalidade das(os) professoras(res) em relação as desigualdades que estão presentes na escola. A tomada de consciência passa por olhar a disparidade em relação a permanência na escola, a progressão e desempenho de negras(os) e brancas(os). Stocco e Valverde afirmam que:

O ambiente escolar, tal como microcosmo da sociedade brasileira, apresenta mecanismos racistas e sexistas que se conformam para a exclusão ou o atraso escolar dos jovens do sistema educacional desde a mais tenra idade.

Estudos qualitativos identificam a ocorrência de discriminação e preconceito racial nas relações intracomunidade escolar, tanto entre pares (alunos e alunos) quanto na relação hierárquica entre professores e alunos, e mesmo da direção escolar (STOCCO e VALVERDE, 2016, p. 60)

Caracterizo brevemente a escola e o grupo participante: trata-se de uma escola considerada de porte médio, que no ano de 2016 possuía 514 alunas e alunos distribuídas(os) nos turnos manhã e tarde. A escola atende alunas e alunos a partir dos 4 anos quando ingressam na Educação Infantil I até a conclusão do Ensino Fundamental, no 9º ano.

Em dezembro de 2016, a escola contava com 20 turmas, 6 funcionárias, 2 estagiários, 30 professoras e 3 professores. Sendo 5 professoras negras.

O grupo que participou da pesquisa trabalha pelo menos 20 horas no Ensino Fundamental I e/ou II dessa escola.

No que diz respeito à formação das respondentes, temos a situação apresentada no quadro 1:

Formação	Nº de professoras	Observação
Magistério	1	cursando Pedagogia
Graduação em Pedagogia	9	5 destas com especialização concluída
Graduação em outras licenciaturas	3	1 destas cursando mestrado

Quadro 1 – Formação docente

Coleta de dados

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário (ANEXO I) com seis questões descritivas sobre a Lei 10.639/03, o racismo e a discriminação racial na escola e as implicações do racismo sobre a prática docente e o acesso à história e à cultura Africana e Afro-brasileira durante formação e a busca por cursos sobre essa temática depois da graduação.

Após explicar a proposta da pesquisa para cada a professora e/ou professor, eu a(o) convidava para participar respondendo o questionário. Os questionários foram enviados e devolvidos por e-mail.

Interpretação dos dados

A interpretação dos dados foi feita com análise das respostas, a fim de encontrar unidades de significado nos relatos e, com base nos referenciais teóricos apresentados, busquei a convergência dessas unidades, interpretando os discursos surgidos e realizando uma reflexão sobre o significado geral das diferentes expressões manifestadas pelos sujeitos.

4. OBSERVANDO CAMINHOS E REFAZENDO ROTAS

Para a análise dos dados, as respostas dos questionários foram agrupadas em duas categorias, quais sejam: a) O que a realidade mostrou e b) Formação docente. Apresento, a seguir, recortes do material empírico, que nos permitem identificar e problematizar o racismo no contexto escolar. Partindo das respostas apresentadas, proponho algumas reflexões na direção de auxiliar na construção de uma educação antirracista.

O que a realidade mostrou

As perguntas de número 2, 3 e 4 estão relacionadas com o contexto escolar. O objetivo ao propor estas perguntas era de identificar:

- a) Como as pessoas participantes da pesquisa percebiam que a aprovação da Lei 10639/03 teria ou não alterado sua prática docente;
- b) De que forma o racismo e/ou a discriminação racial estava sendo percebido no contexto escolar e
- c) Quais as implicações trazidas pelo racismo para a prática docente.

A questão número 2 tratava sobre como a aprovação Lei 10.639/03 alterou ou não a prática docente na visão das (e do) participantes da pesquisa. O objetivo desta questão era perceber a compreensão das professoras e do professor participantes da pesquisa sobre as implicações na prática, no que propõem no seu trabalho na escola e as alterações a partir da aprovação da Lei 10.639/03. Das treze pessoas participantes, três responderam não e dez responderam que sua prática foi sim alterada pela aprovação da Lei. Apresento três respostas com grifos meus.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

*Quando comecei na docência, a Lei já havia sido aprovada há 9 anos, portanto minhas primeiras aulas já foram com a 10639/03 vigorando. **O conhecimento da Lei vem alterando minha prática docente, cada vez mais procuro me inteirar em relação a ela e utilizá-la em sala de aula.** H*

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Conhecer a Lei e aprofundar sobre sua origem e abrangência, me ajudou a repensar a forma de trabalhar o tema na escola. Talvez dentro de um pensamento de senso comum, entendia que trabalhar a história e cultura afro-brasileira, juntamente com as outras culturas que deram origem à cultura brasileira, era uma forma de dar igual importância a todos os povos. Ignorava, porém, que nossa sociedade está impregnada pela influência eurocêntrica e que, apenas dar espaço para a cultura afro-brasileira junto a outras culturas, não era o suficiente para que fosse reconhecida sua importância. Na verdade, o ponto central não era apenas conhecer a cultura, mas valorizá-la, ao ponto de poder levar ao dia a dia da escola o tema de forma que os descendentes dessa cultura pudessem se reconhecer nela e construir sua identidade e valorização. Esse movimento também ajuda aos não descendentes - me ajudou - a reconhecer que a Lei 10.639/03 é bem mais ampla do que apenas divulgar uma cultura, é conceder o direito à identidade e dignidade negado por séculos a um povo.

G.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Sim. Passei a observar com mais atenção e tentar mudar minhas próprias práticas que muitas vezes pela cultura e própria educação que tivemos vem introjetadas de preconceitos velados...

Comecei a buscar histórias que valorizem a cultura e trabalhem as questões étnico-raciais, entrevistas, reportagens, filmes e muito diálogo e troca de ideias com pessoas envolvidas com a história e cultura afro-brasileira, com a realidade do negro no Brasil, o contexto, enfim...

L.

Percebe-se que as respostas das professoras apresentam uma preocupação em relação à prática, de propor um trabalho mais coerente com a realidade da escola e através do que é proposto na Lei 10.639/03. Na fala da professora “G.” ela indica ter abandonado o pensamento do senso comum e que durante um tempo não compreendia a necessidade de abordar assuntos relacionados à cultura e à história africana e afro-brasileira, que foi no conhecimento da Lei 10.639/03 e no aprofundamento de seus conhecimentos que compreendeu como estamos impregnados por uma influência eurocêntrica.

Também a professora “H” a afirma que aconteceu uma alteração em sua prática em função da aprovação da lei e que não parou por aí, ela permanece

buscando atualização e levando a cultura afro-brasileira e africana para sala de aula.

Pensar em uma educação antirracista envolve “ampliar o olhar” e abandonar “certezas” trazidas pelo senso comum e os estereótipos que são muitas vezes reproduzidos na educação. O silêncio e a invisibilidade sobre a história e cultura africana e afro-brasileira têm reforçado preconceitos. Sobre isso a pesquisadora Tanise Muller Ramos afirma que:

[...] através da Lei Nº 10.639/03 podemos pensar na importante demanda trazida para os professores e professoras dos diferentes contextos escolares brasileiros: a de se construir uma ambivalência para a igualdade racial na escola. Isso significa que a escola precisa estar provida de repertórios capazes de darem visibilidade, de modo afirmativo, a todas as raças e etnias possíveis. (2014, p.53)

É preciso que a escola seja capaz de reconhecer a diferença, dialogar com ela sem com isso aumentar as desigualdades.

A pergunta de número três do questionário tratava sobre presenciar o racismo e ou discriminação racial no ambiente escolar. As professoras e o professor participantes responderam sobre suas impressões e vivências. Todas as pessoas responderam já ter presenciado cenas de racismo ou discriminação racial na escola entre as alunas e alunos. Na mesma pergunta, as pessoas deveriam responder se já haviam presenciado na escola cenas de discriminação racial e/ou racismo envolvendo professoras(es) com as alunas e alunos. Das treze pessoas que responderam, nove afirmaram que sim, sendo que duas afirmaram que quando acontece, é de forma velada. Em relação ao restante da pergunta, que tratava de presenciar o racismo e/ou discriminação racial na escola entre as (os) professoras(es), sete pessoas responderam que não. Na parte da pergunta que tratava sobre alunas e alunos e professoras(es), oito pessoas afirmaram não ter presenciado. A maioria das respostas dos participantes foi negativa apenas para os casos de racismo e/ ou discriminação racial de alunas(os) com professoras e professores.

Destaco duas respostas com suas justificativas em relação aos casos de racismo e discriminação racial apontados no questionário. Grifos meus.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas?
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos?
- c) entre professoras e professores?
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores?

Sim para todas as opções. A escola é uma parte da sociedade e seu reflexo também. Os mesmos comportamentos que vemos fora dela se repetem dentro dela independente da posição que ocupemos.

G.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas?
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos?
- c) entre professoras e professores?
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores?

Percebe-se a discriminação e o racismo em toda a comunidade escolar e também entre pares, inclusive alguns negros que não se aceitam negros e não se valorizam. Por isso acredito que a Lei 10.639/03 vem amenizar e abrir os horizontes para os afrodescendentes, mostrando-lhes as infinitas possibilidades de reconhecimento de sua etnia e o quanto seus antepassados contribuíram de forma importante para o desenvolvimento de todos.

M.

As professoras identificam no contexto escolar uma necessidade a ser trabalhada por conta do racismo e da discriminação racial. A professora “M.” enxerga a Lei nº 10.639/03 como uma oportunidade para que as alunas e os alunos negros se aceitem e se valorizem, ao expressar desta forma, “M.” verbaliza o pensamento de muitas professoras e professores que acreditam que o sentimento de inferiorização que identificam nas alunas e alunos negros é um que processo paralelo em relação ao processo educativo.

O antropólogo Kabengele Munanga (2004) afirma que no Brasil não é fácil definir quem é negro, pois somos um país com “ideal de branqueamento”. A invisibilidade dada à população negra ao longo da história traz prejuízos a negros e não negros, porque faz com que as pessoas cresçam com uma ideia errada de si e dos outros. A escola, em muitos casos, continua agindo como se o racismo e a discriminação racial fossem problemas apenas da população negra. É possível, entretanto, assumir uma postura mais crítica e buscar outras possibilidades, respostas e concepções. A falta da problematização de questões como estas, faz

com que muitas professoras e professores acreditem que o problema está nas alunas e alunos negros em não se aceitarem como são.

Neste contexto, cabe refletir sobre o que Nilma Lino Gomes (2010) nos diz a respeito de raça, afirmando que trata-se de um conceito

[...] com um significado político e identitário construído com base na análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro, as suas formas de superação e considerando as dimensões histórica e cultural a que esse processo complexo nos remete.

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como os negros e os brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós para classificar e identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país (GOMES, 2010, p.22 e23).

Compreender que em uma proposta para estudar a história e a cultura Afro-Brasileira, alunas e alunos negros(os) e não negros(os) todas(os) crescem, todas(os) ganham e principalmente todas(os) aprendem. A pesquisadora Gládis Elise Pereira Kaercher (2006), em sua tese de doutorado, reforça que a construção da identidade branca no Brasil se dá através de diferentes formas de manutenção. Embora se trate de um discurso pouco explícito, os efeitos são percebidos diariamente na televisão, nas revistas, nas ilustrações e textos dos livros didáticos, nas propagandas. A branquidade não é jamais questionada, ao contrário é colocada como referência de cultura, de humanidade, de beleza. (KAERCHER,2006 p115). Para propor uma educação antirracista é necessário indagar o que está estabelecido, o natural, o padrão.

Na pergunta de número 4, as professoras e o professor participantes do estudo precisavam responder se presenciar/vivenciar racismo na escola modificou sua prática docente explicando o porquê. Das treze pessoas participantes, onze responderam que sim e as demais indicaram que não alteraram sua prática.

Abaixo apresento alguns trechos que considerei relevantes de respostas que justificam a mudança ou não na prática docente após vivenciar o racismo. Os grifos são meus.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Com certeza, mudou e vem mudando não só minha prática docente, mas, minha forma de pensar e ver o mundo, o outro, minhas atitudes...

*Por que depois que comecei a aprender mais sobre a cultura e história dos negros e passei a me envolver com uma realidade onde grande parte das pessoas é negra, e **conhecer realmente mais sobre as questões étnico-raciais, passei a perceber muito mais as situações de racismo existentes... muitas vezes de forma indireta, mas, não menos prejudiciais...e por começar a ver com “outros olhos” isso começou a me incomodar de uma forma que antes para mim não percebida...***

L.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

*Modifica sim, porque simplesmente não admito e não permito, o que me faz trabalhar exaustivamente o assunto, normalmente sem muito resultado, porque deveria haver um trabalho em conjunto com toda a equipe, o que não acontece. **O racismo prejudica muito os alunos da manhã que normalmente são obrigados a estudar a noite no EJA. Com certeza o que mais me choca é ver cada vez mais alunos negros negarem a si e aos outros sua identidade, chegando ao ponto de afirmarem insistentemente “Eu não sou negro”. Observei também que este acontecimento independe de classe social.***

O fato de eu trabalhar temas como discriminação, através de filmes, documentários e palestras, já me renderam apelidos, vindo dos colegas e comentários absurdos tipo “Tu trabalhas homofobia com os alunos, vão virar tudo puto.” Essa infelizmente é nossa realidade.

F

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

*Muito, porque me **mostra o quanto ainda temos que debater com nossos alunos sobre as discriminações, o racismo propriamente dito, que esta sim ainda impregnado em nossa sociedade e quanto se faz necessário conhecermos as culturas para podermos modificar comportamentos avessos e garantir tanto ações afirmativas como mudanças de atitudes. Portanto não tinha como não mudar a minha pratica diante destas constatações.***

J.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

NA VERDADE, NÃO. POIS INDEPENDE DE SITUAÇÕES DE RACISMO PARA EU TRABALHAR A VALORIZAÇÃO DO NEGRO EM SALA DE AULA.

I.

Sobre o estranhamento que a diferença provoca na realidade escolar a pesquisadora Azoilda Loretto da Trindade nos convida a pensar sobre a dificuldade que a escola tem em lidar com a diferença. A escola permanece com um “discurso muito alinhado” insistindo sempre em padronizar, unificar e rotular. Trindade afirma que:

O cotidiano escolar é complexo, sobretudo ao pensá-lo na perspectiva da diferença; afinal, fomos formados como docentes tendo como raízes uma visão universalista e convergente do pensamento humano. Nós nos iludimos com unanimidade, com respostas únicas, presentes únicos, tempos únicos, imagens padronizadas que representam os alunos ideais, provas objetivas, o discurso da normalidade, da ordem, da evolução, do progresso, do desenvolvimento evolutivo, da família estruturada num padrão que não corresponde à diversidade de organizações familiares existentes. Muitos de nós fomos formados na perspectiva de que educação, escola era para moldar os alunos, controlar, preparar para a vida(...) (TRINTADE, 2008, p.13)

É neste sentido que a escola se torna, muitas vezes, um ambiente de naturalização das desigualdades.

Partindo do pressuposto de que muito daquilo que propomos como educadores está relacionado com a nossa visão de mundo e com a nossa formação, as questões 1, 5 e 6 do questionário têm por objetivo refletir sobre a formação docente e as implicações a partir da aprovação de uma lei que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana. A partir das respostas das professoras e do professor participante da pesquisa para essas perguntas, surgiu a categoria de análise **Formação Docente**. A seguir, passo a apresentar algumas respostas das professoras e do professor, que considere relevantes para compor esse exercício de reflexão.

Formação Docente

Ao propor a primeira pergunta do questionário, meu objetivo era identificar se as pessoas participantes da pesquisa conheciam a Lei 10.639/03 que alterou a LDB. Todas as pessoas responderam conhecer a lei. Considero importante ressaltar que embora a referida lei tenha sido alterada em 2008 pela Lei 11.645/08, passando então a incluir o ensino da história e da cultura indígena

brasileira³, o enfoque na Lei 10.639/03 foi uma escolha no momento da construção da pesquisa.

Em relação à aprovação da Lei, Gomes afirma que:

Conquanto um preceito de caráter nacional, a Lei nº 10.639/03 se volta para a correção de uma desigualdade histórica que recai sobre um segmento populacional e étnico-racial específico, ou seja, os negros brasileiros. Ao fazer tal movimento, o Estado brasileiro, por meio de uma ação educacional, sai do lugar da neutralidade estatal diante dos efeitos nefastos do racismo na educação escolar e na produção do conhecimento e se coloca no lugar de um Estado democrático, que reconhece e respeita as diferenças étnico-raciais e sabe da importância da sua intervenção na mudança positiva dessa situação. (GOMES, 2010, p.21)

A questão de número 5 teve por objetivo abordar como foi o acesso à história e à cultura Africana e Afro-brasileira durante a formação docente. Nas respostas das professoras e do professor, a maioria indicou que teve acesso durante o período da graduação: oito pessoas responderam que sim enquanto cinco responderam que não. A seguir apresento algumas respostas com grifos meus.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira? ***Tive mais muito superficial, onde mostravam a questão muitas vezes só da escravidão que depois vi e aprendi que a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.***
C.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?
Nenhuma cadeira específica, apenas uma ou outra palestra.
F.

³ A lei 11.645/08 indica que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?
Não diretamente, muito mais com vista às relações de racismo que perpassam a sociedade. Não houve nenhuma matéria específica sobre a história e cultura africana e afro-brasileira. Entendo que deveria haver, principalmente porque eu não conheço como acredito que todos deveriam conhecer, já que a escola apresentou sempre a história e cultura europeia. Penso que a formação da Pedagogia deveria se preocupar com essa lacuna na educação brasileira.
 G.

As respostas das pessoas que participaram da pesquisa mostram que mesmo aquelas que responderam ter tido alguma disciplina durante o curso de graduação, identificam que foi uma formação superficial, e que muitas vezes com enfoque no processo de escravização.

A professora “C” abordou em sua resposta um aspecto pouco conhecido e abordado pelos professores, que diz respeito à ausência de intelectuais negras e negros como referências na maioria dos cursos de licenciatura.

Em relação à questão número 6, que abordava a participação em cursos e/ou formações sobre história e cultura Africana e Afro-brasileira, sete das treze pessoas participantes indicam que já realizaram cursos e formações nas modalidades EAD e presencial, dentre estas, uma professora menciona ter participado do curso A Cor da Cultura⁴.

A seguir, apresento alguns trechos que considerei relevantes das respostas dadas pelas professoras para a questão de número 6.

⁴ A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o CIDAN - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo e a Seppir - Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo. Fonte: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>. Acesso em 8/02/17.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Sim. Já participei de dois cursos ambos na UFRGS. O primeiro curso de extensão foi mais longo, com atividades externas e seminários e atividades a distância, como foi meu primeiro contato com essa temática, minha participação foi muito passiva, mas foi nesse momento que tomei consciência da necessidade de abordarmos esses assuntos nas escolas. No segundo curso, bem mais curto com quatro encontros presenciais e atividades a distância, tive uma participação mais ativa, apresentei um trabalho, conversei com colegas, participei de fóruns, perdi um pouco da timidez e interagi mais. Acho essas formações essenciais para nossa qualificação, sempre que posso participo.

H.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Sim. Curso de extensão - modalidade Curso à distância e presencial/ UFRGS. Foi a melhor possível, pois o mesmo veio de encontro com o que naquele momento estava necessitando, já havia constatado que minha prática necessitava de mudança diante do que presenciava no cotidiano e o curso deu o embasamento que precisava para essas mudanças. Pois me trouxe reflexões e conhecimento que realmente não foram trabalhados na minha formação acadêmica.

J.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Não, apenas filmes e palestra em escola referente à discriminação racial.

C.

Ao propor este estudo, tomo como pressuposto que a escola é um espaço privilegiado para realizar reflexões, tendo como objetivo problematizar os limites estabelecidos e os lugares sociais naturalizados para propor uma educação antirracista. Trindade propõe o trabalho com as relações étnico raciais na escola a partir de um diálogo com as diferenças para estabelecer uma valorização do “outro”.

A capacidade de afetar e ser afetado pelo outro, pelo entorno, é fundamental para um processo educativo que se propõe voltado para a compreensão e respeito às diferenças que nos constituem como sujeitos do cotidiano. O afetar e ser afetado, que ocorre em todo momento no mundo, num mundo que não é estático, imóvel, parado, imutável, não pode ser visto como irrelevante (TRINDADE, 2008, p.16).

Propor uma educação antirracista para negras(os) e não negras(os) exige mudanças de postura da escola e das professoras e dos professores.

5. REVENDO A CAMINHADA

“Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.”

“Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”

Chimamanda Ngozi Adichie

A escolha por realizar uma pesquisa com professoras e professores sobre sua percepção do racismo na escola me parecia fundamental, como possibilidade de diálogo para problematizar a inércia da escola e da educação diante de tantas desigualdades presentes nesse cenário. Apresento aqui algumas reflexões a partir do estudo realizado, não com a intenção de esgotar, mas com a finalidade de ampliar a discussão sobre o desafio possível de construir uma educação antirracista. Quero começar problematizando o fato de uma professora ter afirmado não ter interesse no tema da pesquisa. A indiferença manifestada demonstra resistência em abordar um tema relevante e necessário, uma atitude provavelmente baseada nas ideias do senso comum e da naturalização da branquidade.

A pesquisa mostrou que as professoras interpretam a aprovação da Lei nº 10639/03 como um avanço e que acreditam ser necessária a ampliação da problematização sobre o racismo na escola. As professoras afirmam que o racismo está presente na escola, e que ao perceber o racismo modificam a sua prática, por entender a necessidade de abordar o tema. Ou seja, “determinados temas” são abordados quando necessários. O debate das relações étnico raciais na escola ainda está centrado nas ideias do senso comum, nos discursos construídos com base na branquidade. Portanto, é importante refletir e problematizar a respeito de práticas escolares centradas em essencialismos e naturalizações, a fim de priorizar uma estratégia pedagógica e curricular que desnaturalize as relações e auxilie na

construção de uma educação antirracista para pessoas negras e não negras (brancas e indígenas).

É preciso compreender a educação antirracista como um compromisso da escola, portanto de todas as pessoas envolvidas. Um desafio que não pode ficar a cargo de quem “simpatiza” com o tema. É necessário rever regimentos, Projetos Políticos Pedagógicos, repensar o currículo e as práticas em um exercício de permanente reflexão e busca de formação.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que trago na epígrafe desta seção, alerta para o “perigo de uma única história”, que narra o outro através do essencialismo, a escola vem há muito tempo adotando “uma única história” em que o protagonista é homem, branco, cristão e tido como modelo de beleza, de inteligência e de cultura. Da mesma forma mulheres e homens negros e de diferentes etnias indígenas são narradas(os) através de estereótipos.

Diferente de aceitar e tolerar a diferença, o que por vezes é reproduzido nas práticas escolares, é importante problematizar, questionar o significado das diversidades culturais para compreender e respeitar.

Acredito que a construção de uma educação antirracista passe também pelo processo de formação das professoras e professores.

Debater com professoras e professores os efeitos do racismo é uma maneira de problematizar discursos e práticas que inferiorizam algumas pessoas e grupos em relação a outras. Uma proposta de formação de professoras e professores que se dispõe a refletir sobre raça, sobre democracia racial, sobre espaços demarcados socialmente e enunciados que evidenciam a desigualdade democratiza verdadeiramente a educação.

Incluir discussões sobre educação étnicorracial no âmbito escolar e principalmente na formação de professoras e professores não constitui, por si só, uma prática de educação para todas as pessoas, ou uma democratização das relações de poder, mas é preciso refletir sobre as diferentes formas como discursos sobre a alteridade se constituíram no passado e no presente.

O desafio de uma educação antirracista está em perceber que a escola é composta por muitas diferenças para se contentar com “uma única história”.

REFERÊNCIAS

BICUDO, Maria Aparecida; ESPOSITO, Vitória Helena. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

BISCHOFF, Daniela Lemmert. **Minha cor e a cor do outro qual a cor dessa mistura**: Olhares sobre racialidade a partir da pesquisa com crianças na Educação Infantil. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial república Federativa do Brasil. Brasília/DF: 20 de dez. 1996.

_____. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial república Federativa do Brasil. Brasília/DF: 9 de jan. 2003.

_____. *Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

CALADO, Maria da Gloria. **Escola e enfrentamento do racismo**: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a igualdade racial 2013. Tese (Doutorado em Educação) USP: FEUSP: 2013

COSTA, Jurandy Vitoria de Almeida. **A cor da ternura**: rompendo o silêncio e desvelando o racismo no contexto escolar 2015 Dissertação (Mestrado Profissional em letras) UNEB: 2015

COSTA, Tais De Almeida. **Que corpo é o meu?** – A construção e desconstrução das representações corporais de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do município de Nova Iguaçu/RJ' UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO,

DUTRA Josiane Beloni da Cruz; GARCIA, Aparecida Rogéria. **Colorindo Invisibilidades**: reflexões sobre as práticas de resistência. Anais da IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias, RS: ANPED, 2012.

FIGUEIREDO, Ângela. **Carta de uma ex-mulata à Judith Butler** IN: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli Garcia; MAGRINI, Pedro Rosas. Especialização ead em Gênero e diversidade na escola - Livro V – Módulo IV. Florianópolis: Copyart, 2015. p 139-159.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a lei nº 10639/03: breves reflexões.** In Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres. Ana Paula Brandão (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. P19-25

GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli Garcia; MAGRINI, Pedro Rosas. **Apresentação.** IN: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli Garcia; MAGRINI, Pedro Rosas. Especialização ead em Gênero e diversidade na escola - Livro IV – Módulo IV. Florianópolis: Copyart, 2015. P 11-18

____ **Técnicas Qualitativas.** In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli Garcia; MAGRINI, Pedro Rosas. Especialização ead em Gênero e diversidade na escola - Livro V –. Florianópolis: Copyart, p.235-260. 2015

KAERCHER, Gládis E. P. da S. **O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional de Biblioteca da Escola – 1999.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS,1996

_____. **Pedagogias da racialização ou dos modos como se aprende a “ter” raça e/ ou cor.** In: Maria Isabel Edelweiss Bujes. (Org.) *Pedagogias sem fronteiras.* Canoas: Ed. ULBRA, p.85-91 2010.

MACHADO, L.M.R. **Pedagogias da racialização em foco: uma pesquisa com crianças da Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós- Graduação em Educação, Canoas, 2014.

MATA, Flavia Filomena Rodrigues da. **Protagonistas negros nas histórias infantis: perspectivas de representações da identidade étnico-racial de crianças negras em uma unidade municipal de educação infantil–umei,** (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte MG,2015.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Estudos avançados. vol.18, n.50, pp. 51-66. São Paulo. 2004.

PAULA, Benjamin Xavier de. **A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e afro brasileira: formação, saberes e práticas educativas.** Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia UFU. 2013.

RAMOS, Tanise Muller. **Tecendo tramas traçando gentes**: narrativas constituindo identidades em uma escola municipal de Porto Alegre/ RS no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____, **Africanidades em sala de aula**: a construção de uma ambiência para a igualdade racial na escola. In: KAERCHER, Gládis Silva et al(orgs.). Curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO:Política de Promoção Igualdade Racial na Escola. Porto Alegre: Evangraf, p.49-60, 2014.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Escolarização e cultura**: a dupla determinação. In: SILVA, Luiz Heron et al. (orgs.). Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 34-57.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. **História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasil: MEC/BID/UNESCO, 2005.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; SOUZA Gizele de. **Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil**. In: Educar em Revista. Curitiba, n.47, p.35-50, jan/mar.2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

STOCCO, Lauro; VALVERDE, Danielle Oliveira. **Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação**. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli Garcia; MAGRINI, Pedro Rosas. Especialização ead em Gênero e diversidade na escola - Livro V – Módulo IV. Florianópolis: Copyart, 2015. P.55-68

TEDGLOBLAL. **O Perigo de uma única história**. Disponível em: <https://youtu.be/wOk17RPuhW8> Acesso: 9/01/17

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Educação Diversidade Igualdade**: Num Tempo de Encanto pelas Diferenças. Revista Fórum Identidades Ano2 Volume 3 Rio de Janeiro, RJ, 2008. 9-18.

ANEXO A – Modelo do questionário**Nome:****Formação:****Anos de atuação:****Área de atuação:**

1. Conheces a Lei 10.639/03?
2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?).
3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:
 - a) entre alunos e alunas?
 - b) de professoras, professores para com alunas e alunos?
 - c) entre professoras e professores?
 - d) de alunas, alunos para com professoras e professores?
4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?
5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?
6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

ANEXO B – Questionários respondidos

Nome: / A

Formação: Pedagogia e especialização em Alfabetização

Anos de atuação: 8 anos

Area de atuação: Anos iniciais do Ensino Fundamental

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Iniciei minha carreira docente alguns anos após a aprovação desta lei, mas sempre procurei trabalhar tratando as diferenças (de um modo geral) como algo bom e valorizável.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas? **Sim**
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos? **Não**
- c) entre professoras e professores? **Não**
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores? **Não**

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Sim, pois sempre que evidencio um problema no ambiente escolar procuro refletir sobre ele e busco soluções pedagógicas que, de forma direta ou indireta, levem os discentes a repensarem suas atitudes. Não é diferente com o tema racismo...

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Sim. Na faculdade tive algumas disciplinas que enfatizaram o estudo desse tema, além de presenciar palestras e apresentações que tratavam sobre o assunto.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Até o momento não participei de cursos de formação sobre o assunto.

Nome: B

Formação: Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais e Pós-Graduação em Psicopedagogia.

Anos de atuação: Sete anos

Area de atuação: Anos Iniciais

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim, sancionada em 9 de janeiro de 2003, a lei 10.639/03, tornou obrigatório, no ensino fundamental e médio, o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira e africana.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Comecei a trabalhar com os Anos Iniciais em 2013, foi quando estudei e aprofundi meus conhecimentos sobre a Lei, o que com certeza alterou minha prática docente, em busca de uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas?
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos?
- c) entre professoras e professores?
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores?

Sim, entre alunos e alunas, de professores para com alunos.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Com certeza, pois acredito que o professor exerce um papel fundamental no processo da luta contra o preconceito e discriminação racial.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Superficialmente.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Não, apenas palestras de curta duração, mas que foram importantes para aprofundar alguns conhecimentos e provocar reflexões importantes que estendi para a sala de aula.

Nome: **C**

Formação: 3º grau

Anos de atuação: 1º ao 5º ano do ensino fundamental/ trabalho à 19 anos

Area de atuação: Professora do CAT

1. Conheces a Lei 10.639/03? Sim

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?) Sim, pois após a Lei mudei o modo trabalhar a questão da cultura afro – brasileira e africana, a lei propõe novas diretrizes curriculares para se trabalhar a história e questão afro.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

a) entre alunos e alunas? sim

b) de professoras, professores para com alunas e alunos? sim

c) entre professoras e professores? não

d) de alunas, alunos para com professoras e professores? não

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê? Sempre trabalhei as diferenças em sala de aula e a questão de respeito entre pessoas, porem quando se vivencia, se trabalha com um foco maior na questão vivenciada.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira? Tive mais muito superficial, onde mostravam a questão muitas vezes só da escravidão que depois vi e aprendi que a cultura afro-brasileira como constituente e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso. Não, apenas filmes e palestra em escola referente a discriminação racial.

Nome: D

Formação: pedagoga

Anos de atuação: 27 anos

Área de atuação: escola

1. Conheces a Lei 10.639/03? Sim

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Sim, já na faculdade tive matérias a respeito da lei e pude me aprofundar mais na questão afro

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas? Sim
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos? sim
- c) entre professoras e professores? sim
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores? sim

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Modificou pois quando vivencio algo estou mais apta a agir

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Sim

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Sim, presencial e a distância, curso de extensão, entre outras a UFRGS.

Nome: **E**

Formação: Curso Normal; Graduação: Pedagogia Educação Infantil e Anos Iniciais e Especialização: Psicopedagogia Clínica e Intitucional.

Anos de atuação: 09 anos

Área de atuação: Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais

1. Conheces a Lei 10.639/03? Sim.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?) Sim. Após a lei ampliei meus conhecimentos da cultura afro-brasileira e africana para poder desenvolver atividades em sala de aula.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas? Sim
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos? Não
- c) entre professoras e professores? Não
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores? Não

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê? Sim. Perceber que alunos estão excluídos de grupos pelo racismo, comprovam a importância de desenvolver atividades que trabalhem a diversidade e a igualdade de todos.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira? Muito superficialmente.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso. Não

Nome: **F**

Formação: Licenciatura em Geografia, Biologia, ~~Gest. Ambiental~~ ~~Gest. Imob.~~

Anos de atuação: 10 anos

Area de atuação: Educação

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim altera as diretrizes no que diz respeito ao ensino da cultura afro

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Em meus anos como professor, são raros os momentos em que realmente se trabalhou a cultura afro na escola, o que realmente acontecia eram apenas conteúdos para preencher os históricos e carga horária! Com certeza existe muita resistência tanto dos professores como do corpo diretivo em trabalhar o racismo pois requer a quebra de paradigmas culturais em que eles mesmo fazem parte.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas? Constantemente
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos? Varias vezes
- c) entre professoras e professores? Algumas Vezes
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores? Algumas Vezes

|

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Modifica sim, porque simplesmente não admito e não permito o que me faz trabalhar exaustivamente o assunto, normalmente sem muito resultado, porque deveria haver um trabalho em conjunto com toda a equipe, o que não acontece. O racismo prejudica muito os alunos da manhã que normalmente são obrigados a estudar a noite no EJA. Com certeza o que mais me choca é ver cada vez mais alunos negros negarem a si e aos outros sua identidade, chegando ao ponto de afirmarem insistentemente "Eu não sou negro". Observei também que este acontecimento independe de classe social.

O fato de eu trabalhar temas como discriminação através de filmes, documentários e palestras, já me renderam apelidos, vindo dos colegas e comentários absurdos tipo "Tu trabalhas homofobia com os alunos, vão virar tudo puto". Essa infelizmente é nossa realidade.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Nenhuma Cadeira específica, apenas uma ou outra palestra.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Cursos não apenas palestras

Nome: **G**

Formação: Magisterio e Pedagogia (cursando)

Anos de atuação: 5 anos

Área de atuação: Anos iniciais do ensino fundamental

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim conheço.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Conhecer a Lei e aprofundar sobre sua origem e abrangência, me ajudou a repensar a forma de trabalhar o tema na escola. Talvez dentro de um pensamento de senso comum, entendia que trabalhar a história e cultura afro-brasileira, juntamente com as outras culturas que deram origem à cultura brasileira, era uma forma de dar igual importância a todos os povos. Ignorava, porém, que nossa sociedade está impregnada pela influência eurocêntrica e que, apenas dar espaço para a cultura afro-brasileira junto a outras culturas, não era o suficiente para que fosse reconhecida sua importância. Na verdade, o ponto central, não era apenas conhecer a cultura, mas valorizá-la, ao ponto de poder levar ao dia a dia da escola o tema de forma que os descendentes dessa cultura pudessem se reconhecer nela e construir sua identidade e valorização. Esse movimento também ajuda aos não descendentes - me ajudou - a reconhecer que a Lei 10.639/03 é bem mais ampla do que apenas divulgar uma cultura, é conceder o direito à identidade e dignidade negado por séculos a um povo.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas?
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos?
- c) entre professoras e professores?
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores?

Sim para todas as opções. A escola é uma parte da sociedade e seu reflexo também. Os mesmos comportamentos que vemos fora dela se repetem dentro dela independente da posição que ocupemos.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Conhecer a Lei e aprofundar o estudo sobre ela, me fez ser mais observadora e crítica nas relações que se estabelecem dentro da escola. Muitas atitudes, mesmo modos de falar, inclusive meus, que há algum tempo não me incomodavam, hoje me fazem repensar minha conduta e avaliar a de estudantes e colegas, com o intuito de poder fazer alguma interferência e trazer à consciência aquilo que não percebemos por estarmos envolvidos em uma sociedade eurocêntrica e racista.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Não diretamente, muito mais com vista às relações de racismo que perpassam a sociedade. Não houve nenhuma matéria específica sobre a história e cultura africana e afro-brasileira. Entendo que deveria haver, principalmente porque eu não conheço como acredito que todos deveriam conhecer, já que a escola apresentou sempre a história, a cultura européia. Penso que a formação da Pedagogia deveria se preocupar com essa lacuna na educação brasileira.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Sim, participei do curso A Cor da Cultura, presencial, oferecido pelo projeto na instituição onde faço a graduação. O curso foi a grande abertura de janela para minha conscientização da necessidade urgente do ensino da História e Cultura Afro-brasileira na escola. Se a convivência, com colegas na escola me tiraram da zona de conforto e me fizeram buscar aprender o que eu nem sabia que não sabia, o curso trouxe a fundamentação para a mudança e a continuidade da busca por formação e atitude. Foram três dias densos de conteúdos e vivências que modificaram minha leitura de mundo a respeito desse tema.

Nome: **H**

Formação: Pedagogia Ed. Infantil e Anos Iniciais

Anos de atuação: 5 anos(docência), 22 anos (secretária de escola)

Área de atuação: Docente em escolas públicas (estadual e municipal)

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Quando comecei na docência, a Lei já havia sido aprovada há 9 anos, portanto minhas primeiras aulas já foram com a Lei 10639/03 vigorando. O conhecimento da Lei vem alterando minha prática docente, cada vez mais procuro me inteirar em relação à Ela e utilizá-la em sala de aula.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

a) entre alunos e alunas? *Sim*

b) de professoras, professores para com alunas e alunos? *Sim, mas de modo velado.*

c) entre professoras e professores? *Não diretamente, às vezes escuto comentários racistas, ditos aleatoriamente.*

d) de alunas, alunos para com professoras e professores? *Não.*

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê? *Quando presenciei casos de racismo antes de conhecer a 10.639, não tive uma reação externa, aquilo me magoou mas engoli em seco. Após conhecer a Lei, consegui agir de forma ativa, me posicionando e ajudando a outros se posicionarem.*

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira? *Muito pouco, de modo bem superficial.*

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso. *Sim. Já participei de dois cursos ambos na UFRGS. O primeiro curso de extensão foi mais longo, com atividades externas e seminários e atividades a distância, como foi meu primeiro contato com essa temática, minha participação foi muito passiva, mas foi nesse momento que tomei consciência da necessidade de abordarmos esse assuntos nas escolas. O segundo curso, bem mais curto com quatro encontros presenciais e atividades a distância, tive uma participação mais ativa, apresentei um trabalho, conversei com colegas, participei de fóruns, perdi um pouco da timidez e interagi mais. Acho essas formações essenciais para nossa qualificação, sempre que posso participo.*

Nome: I

Formação: LETRAS/MESTRADO EM EDUCAÇÃO(em andamento)

Anos de atuação: 16 anos

Area de atuação: Professora

1. Conheces a Lei 10.639/03?

SIM

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

DE CERTA FORMA, SEMPRE TRABALHEI A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM SALA DE AULA. NAO COSTUMAVA VALORIZAR, MESMO ANTES DA LEI, A ESCRAVIDAO. COSTUMAVA MOSTRAR AOS ALUNOS, POR EXEMPLO, A ORIGEM DE PALAVRAS AFRICANAS, AS MUSICAS...

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas? SIM
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos? NAO
- c) entre professoras e professores? NAO
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores? NAO

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

NA VERDADE, NAO. POIS INDEPENDE DE SITUAÇÕES DE RACISMO PARA EU TRABALHAR A VALORIZAÇÃO DO NEGRO EM SALA DE AULA.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

SIM, MAS QUERO APROFUNDAR O ASSUNTO, POIS ACREDITO QUE TENHO MUITO PARA APRENDER.

|

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

NAO.

Nome: **J**

Formação: Graduada e Pedagogia e Pós graduada em Psicopedagogia

Anos de atuação: 26 ANOS

Area de atuação: Séries iniciais do Ens. Fundamental

1. Conheces a Lei 10.639/03? Sim

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Com certeza, pois me possibilitou perceber as questões étnicas raciais e as problemáticas nelas envolvidas as quais por formação não me dava conta e me fez procurar obter maior conhecimento sobre a temática.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

a) entre alunos e alunas? Sim

b) de professoras, professores para com alunas e alunos? Mais velado mas sim

c) entre professoras e professores? Sim

d) de alunas, alunos para com professoras e professores? Como estudante sim.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê? Muito, porque me mostra o quanto ainda temos que debater com nossos alunos sobre as discriminações, o racismo propriamente dito, que esta sim ainda impregnado em nossa sociedade e quanto se faz necessário conhecermos as culturas para podermos modificar comportamentos avessos e garantir tanto ações afirmativas como mudanças de atitudes. Portanto não tinha como não mudar a minha pratica diante destas constatações.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira? Não

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Sim. Curso de extensão- modalidade Curso à distância e presencial/ UFRGS. Foi a melhor possível, pois o mesmo veio de encontro com o que naquele momento estava necessitando, já havia constatado que minha prática necessitava de mudança diante do que presenciava no cotidiano e o curso deu o embasamento que precisava para essas mudanças. Pois me trouxe reflexões e conhecimento que realmente não foram trabalhados na minha formação acadêmica.

Nome: **K**

Formação: Licenciatura em Matemática

Anos de atuação: 25 anos

Area de atuação: Ensino fundamental II

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim, felizmente oportunizando assim um amplo conhecimento na escola sobre a Cultura Afrobrasileira propondo novas maneiras de valorizar e dignificar a presença africana na sociedade.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)
Penso que desacomodou meu comportamento em relação a minha atuação enquanto educador de perceber as falas e atitudes.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

- a) entre alunos e alunas? **Muitas vezes**
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos? **Com certeza toda forma preconceituosa e de invisibilidade**
- c) entre professoras e professores? **Sim de indiferenças.**
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores? **Muitas vezes das mais diversas maneiras.**

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

A partir da aquisição de mais informações e leituras constatei de que era possível fazer a diferença não apenas com falas e discursos mas com atitudes e rejeitando qualquer tipo de racismo.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Não tive nenhum acesso à esta cultura somente após minha formação acadêmica através de formações e seminários.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Sim já tive a grata oportunidade de participar de formações e seminários presenciais sobre a História e Cultura Africana bem como trabalhar em um grupo específico de Diversidades Etnico Racial. Experienciei momentos significativos e relevantes para minha vida profissional e pessoal.

Nome: **L**
 Formação: POS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA
 Anos de atuação: 5 ANOS / 7 ANOS
 Área de atuação: ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFESSORA DE ANOS INICIAIS
 1. Conheces a Lei 10.639/03?
Sim.

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente? (Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?)

Sim. Passei a observar com mais atenção e tentar mudar minhas próprias práticas que muitas vezes pela cultura e própria educação que tivemos vem introyetadas de preconceitos velados... Comecei a buscar histórias que valorizem a cultura e trabalhem as questões étnico-raciais, entrevistas, reportagens, filmes e muito diálogo e troca de ideias com pessoas envolvidas com a história e cultura afro-brasileira, com a realidade do negro no Brasil, o contexto, enfim...

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial:

a) entre alunos e alunas?

Sim

b) de professoras, professores para com alunas e alunos?

Sim

c) entre professoras e professores?

Sim

d) de alunas, alunos para com professoras e professores?

Não...

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê?

Com certeza, mudou e vem mudando não só minha prática docente, mas, minha forma de pensar e ver o mundo, o outro, minhas atitudes...

Por que depois que comecei a aprender mais sobre a cultura e história dos negros e passei a me envolver com uma realidade onde grande parte das pessoas é negra, e conhecer realmente mais sobre as questões étnico-raciais, passei a perceber muito mais as situações de racismo existentes... muitas vezes de forma indireta, mas, não menos prejudiciais... e por começar a ver com "outros olhos" isso começou a me incomodar de uma forma que antes para mim não percebida...

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira?

Não, não que eu lembre...

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso.

Participei de uma formação presencial realizada pela Prefeitura Municipal de Alvorada. Faz alguns anos, tenho poucas lembranças...

E de formações realizadas na escola – na minha opinião bem proveitosas, eram momentos em que trabalhávamos com ideias para valorizar a cultura afro-brasileira e o negro... em um ano trabalhamos com a confecção de bonecas negras, personagens negros, em outro ano aprendi muito sobre contos africanos, muitas vezes atividades simples, oficinas realizadas por colegas de excelente competência no assunto que enriquecerem e enriquecem a vida e o trabalho não somente meu como de muitos outros colegas que não tinham conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira...

Nome: M

Formação: Pós em Coordenação e Supervisão

Anos de atuação: 30 anos

Área de atuação: Séries Iniciais, Finais, Ensino Médio e Supervisão

1. Conheces a Lei 10.639/03?

Sim

2. A aprovação da Lei alterou tua prática docente?(Em caso afirmativo comenta de que forma. Em caso negativo, por quê?) Não alterou pois sempre entendi a importante contribuição dos negros em muito da nossa cultura. Acredito que o fato seja devido a ter sempre contato com familiares descendentes.

3. Na escola, já presenciaste cenas de racismo e/ou discriminação racial: Sim

- a) entre alunos e alunas?
- b) de professoras, professores para com alunas e alunos?
- c) entre professoras e professores?
- d) de alunas, alunos para com professoras e professores?

Percebe-se a discriminação e o racismo em toda a comunidade escolar e também entre pares, inclusive alguns negros que não se aceitam negros e não se valorizam. Por isso acredito que a Lei 10.639/03 vem amenizar e abrir os horizontes para os afrodescendentes, mostrando-lhes as infinitas possibilidades de reconhecimento de sua etnia e o quanto seus antepassados contribuíram de forma importante para o desenvolvimento de todos.

4. Presenciar/vivenciar o racismo na escola modificou tua prática docente? Por quê? É importante sempre procurar saber o motivo primeiro do conflito através da mediação por muitas vezes a causa não tem início por racismo e sim por motivos variados que certamente desestabilizariam qualquer indivíduo independente de sua etnia. Tenho percebido que nos dias atuais o ser humano tem necessidade de afeto e por vezes tenta sanar esses sentimentos através de redes sociais oferecidos pela tecnologia.

5. Durante a tua formação docente tiveste acesso à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira? Muito pouco, apenas a informação da Lei e alguns parágrafos sobre a mesma.

6. Já participou de algum curso ou formação sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Em caso afirmativo qual a modalidade (presencial ou à distância), curso de extensão ou especialização, oferecido por qual instituição e qual tua impressão geral sobre o curso. Não lembro especificamente a modalidade nem a instituição, mas foi muito interessante e enriquecedor.